

DEFICIÊNCIA E EMANCIPAÇÃO  
SOCIAL. PARA UMA CRISE  
DA NORMALIDADE

*Bruno Sena Martins*

*Fernando Fontes*

*(Orgs.)*



## **DEFICIÊNCIA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL. PARA UMA CRISE DA NORMALIDADE**

ORGANIZADORES

Bruno Sena Martins, Fernando Fontes

AUTORES

Aleksandra Berg, Alison Sheldon, Bruno Sena Martins, Colin Barnes,  
Fernando Fontes, Lennard J. Davis, Luiza Teles Mascarenhas, Marcia  
Moraes, Pedro Hespanha, Sílvia Portugal

REVISOR

Victor Ferreira

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78, 80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Março, 2016

DEPÓSITO LEGAL

??????/16

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva  
responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo,  
sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedi-  
mento judicial contra o infractor.

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Deficiência e emancipação social: para uma crise da normalidade

Org. Bruno Sena Martins, Fernando Fontes (CES)

ISBN 978-972-40-6452-9

I – SENA MARTINS, Bruno

II – FONTES, Fernando

CDU 316

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO – A normalidade em crise <i>Fernando Fontes e Bruno Sena Martins</i>	7
CAPÍTULO 1 – Deficiência e modernidade: da naturalização à insurgência <i>Bruno Sena Martins</i>	15
CAPÍTULO 2 – Deficiência, conhecimento e transformação social <i>Bruno Sena Martins, Fernando Fontes, Pedro Hespanha e Aleksandra Berg</i>	39
CAPÍTULO 3 – Estudos da deficiência para a “era da austeridade” <i>Alison Sheldon</i>	61
CAPÍTULO 4 – Deficiência, trabalho e proteção social: aplicação do modelo social <i>Colin Barnes</i>	79
CAPÍTULO 5 – O paradoxo da deficiência: a guetização do visual <i>Lennard J. Davis</i>	101
CAPÍTULO 6 – Desafios da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares: um estudo brasileiro <i>Luiza Teles Mascarenhas e Marcia Moraes</i>	119
CAPÍTULO 7 – Deficiência e políticas públicas em Portugal: os impactos da austeridade <i>Sílvia Portugal</i>	141
CAPÍTULO 8 – Violência e crimes de ódio contra as pessoas com deficiência em Portugal <i>Fernando Fontes</i>	161
CONCLUSÃO – Deficiências insubmissas <i>Bruno Sena Martins e Fernando Fontes</i>	183
NOTA SOBRE OS AUTORES	187



## CONCLUSÃO: DEFICIÊNCIAS INSUBMISSAS

*Bruno Sena Martins e Fernando Fontes*

Uma análise crítica do lugar que as pessoas com deficiência ocupam nas sociedades ocidentais – ou nas sociedades em que os paradigmas modernos ocidentais se tornaram hegemônicos – identifica, hoje, duas frentes de opressão que se complementam e confundem. Estas formas de opressão, na nossa perspectiva, reclamam dois projetos de transformação que incitam leituras alternativas da epistemologia moderna, dos corpos, do Estado, dos movimentos políticos e das organizações não-governamentais.

Em primeiro lugar, assinalamos a gramática opressiva resultante da sacração moderna do conceito de normalidade que, demarcando sujeitos “normais” e “não normais”, define as possibilidades de habitar a modernidade. No caso das pessoas com deficiência, a permeabilidade da modernidade à celebração da norma traduziu-se na apropriação dos seus corpos e das suas vidas pela medicina (que, no limite, implicou a negação do próprio direito à vida, bem representado pelo fulgor das teorias eugenistas), e veio definir territórios circunscritos por férreas fronteiras de inferioridade, constituindo uma categoria de “menos humanos”.

Em segundo lugar, identificamos opressão que resulta do modo como os Estados são cúmplices de um regime de desigualdade de oportunidades, reproduzindo a exclusão nas estruturas discriminatórias que vigoram na educação, no emprego, nos transportes, no acesso ao espaço público, etc. Esta estrutura que ora atua por discriminação ativa ora por negligência, liga-se hoje a um momento em que o papel do Estado é colocado em causa por uma agenda neoliberal que, com diferentes tempos e diferentes latitudes, preconiza o desinvestimento público e dá cobertura a um economicismo com profundos custos sociais e, no limite, com repercussões económicas negativas. Em causa está um ambiente económico que promove o esvaziamento do papel do Estado enquanto horizonte de inclusão, logo concertando, quanto muito, lógicas “paliativas” que mais não fazem do que assegurar o limiar de sobrevivência das pessoas com deficiência. Trata-se de um arranjo económico que no longo prazo é bem mais oneroso do que aquele que resultaria da efetiva participação social, política e económica desta minoria significativa. A reprodução das

lógicas que cerceiam a participação constitui as pessoas com deficiência enquanto “menos cidadãos”.

O projeto da modernidade é, todavia, prenhe de contradições, e nele também se forjam resistências criativas que substanciam o seu potencial emancipatório. A resistência à primeira forma de opressão, produzida por uma modernidade que nomeia as pessoas com deficiência de “não normais”, significando-as como “menos humanas”, alia a luta das pessoas com deficiência às formas de desqualificação perpetradas pelo sexismo, pelo racismo e pelas “práticas de separação” (Foucault, 2003) que na modernidade produziram identidades corpóreas marcadas pelo espectro da desconformidade. Esta resistência tem uma dimensão contraparádigmática e opõe-se ao modo como a “hegemonia da normalidade” (Davis, 1995) naturaliza a deficiência como inferioridade e produz diferenças marcadas pelo ónus do desvio, da incapacidade e da fealdade naquilo que são as paisagens mediáticas da modernidade (Appadurai, 1998).

A resistência à segunda forma de opressão, produzida pelos Estados que assentam em organizações sociais discriminatórias que sistematicamente instituem as pessoas com deficiência como “menos cidadãos”, determina a necessidade de a deficiência assumir no espaço sociopolítico uma visibilidade capaz de contrapor a menorização produzida por esta linha de desigualdade. Isto implica reverter a lógica recursiva que faz com que nas ruas, no espaço mediático e nos corredores da academia a discriminação com base na deficiência não seja um tema significativo de contenda e atenção, correlato à força da marginalização sofrida pelas pessoas com deficiência. Quando olhamos para o muito que as políticas de identidade têm feito para colocar na agenda pública os direitos de outros grupos minoritários, percebemos que a afirmação político-identitária das pessoas com deficiência enfrenta desafios diferentes e, num certo sentido, acrescidos: em primeiro lugar, a noção hegemónica de que a não participação das pessoas com deficiência decorre de incapacidades individuais que supostamente as limitam irrevogavelmente; em segundo lugar, o facto de que as barreiras postas à participação social das pessoas com deficiência são, em larga medida, as mesmas que lhes impossibilitam uma presença sociopolítica mais efetiva.

É perante este quadro de desafios que o espaço da investigação académica na área da deficiência – estudos da deficiência – deve mapear o seu

campo de atuação, tendo em conta as diferentes historicidades em termos de valores culturais, emergências políticas e estruturas estatais.

Na perspetiva em que nos situamos, importa reconhecer a deficiência como parte significativa de uma modernidade subalternizada, na qual as vidas das pessoas com deficiência podem ser entendidas como itinerários insubmissos capazes de guiar as ciências sociais à sua própria insubmissão. Concebemos as experiências da deficiência como narrativas de resistência, sugerindo uma proximidade instrutiva em que a academia assume, em primeiro lugar, a capacidade de escutar como estratégia e, em segundo, a transformação da sociedade como aspiração maior à validade do seu conhecimento.

A necessidade de uma investigação comprometida com a transformação social é particularmente premente na área da deficiência, em que, durante demasiado tempo, a academia reproduziu lógicas sociais mais amplas de naturalização da inferioridade. Isto aconteceu porque, durante demasiado tempo, a academia fracassou ao reconhecer a deficiência como uma área decisiva de exclusão e opressão social nas nossas sociedades, e porque levou a cabo lógicas de investigação que tratavam as pessoas com deficiência como objetos passivos de conhecimentos periciais, de processos que as individualizavam e medicalizavam a sua existência, deixando intactas as estruturas da sociedade.

Uma forma particularmente instigante de formular o compromisso da pesquisa académica é apreender as experiências da deficiência como narrativas de opressão e de resistência que, a seu modo, podem guiar o trabalho de investigação para uma insurgência nelas inspirada. Pode dizer-se que estamos perante resistências cujas afinidades nos remetem para a primeira das quatro formas de semelhança que Michel Foucault distingue em *As palavras e as coisas*: a “*convenientia*”, uma similitude que nasce da proximidade. Conforme afirma Foucault:

São “convenientes” as coisas que, aproximando-se umas das outras, chegam a confinar; tocam-se pelos bordos, as suas fimbrias misturam-se, a extremidade de uma designa o início da outra. Deste modo, o movimento comunica-se, tal como as influências, as paixões e as propriedades. De sorte que nessa charneira das coisas surge uma semelhança. Depois, desse contacto nascem, por permuta, novas semelhanças; um regime comum se impõe; à similitude como razão surda da vizinhança sobre põe-se uma semelhança que é o efeito visível da proximidade. (Foucault, 1998: 74)

Uma ciência válida é aquela que, pela “semelhança da proximidade”, pela partilha das “influências”, “paixões” e “propriedades”, pela aprendizagem com as resistências situadas, assume a luta por uma sociedade inclusiva como parte de uma objetividade forte, construída lado a lado com as pessoas com deficiência. A coletivização das experiências de opressão contra o individualismo medicalizado da modernidade ocidental implica que as associações de deficiência, as pessoas com deficiência e a academia se possam guiar mutuamente para narrativas de transformação social. As histórias de deficiência movem-se dentro de esquemas de inteligibilidade que, demasiadas vezes, lhes instauram habitats povoados por modos estreitos de conceber a experiência. A valorização dessas experiências, seja para regenerar as formas de organização social, seja para alargar a inteligibilidade acerca das diferenças que animam a vida humana, forja-se como um desígnio que reclama por transformações inclusivas onde antes moravam antiquíssimas tragédias. As múltiplas aspirações que animam as histórias de deficiência devem inspirar uma ciência crítica que, a bem de uma sociedade inclusiva, seja capaz de forjar a sua própria história de resistência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, Arjun (1998), *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- DAVIS, Lennard (1995), *Enforcing Normalcy: Disability, Deafness and the Body*. London: Verso.
- FOUCAULT, Michel (1998), *As palavras e as coisas*. Lisboa: Edições 70.
- FOUCAULT, Michel (2003), *The essential Foucault: Selections From Essential Works of Foucault, 1954-1984*. New York: New Press.